



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO INCRA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
AV. HERACLIDES DE LIMA GOMES, S/Nº - BOA VISTA DO INCRA - RS
CEP:98.120-000 - FONE (55) 3613-1205
www.boavistadoincra.rs.gov.br
E-mail: licitacoes@boavistadoincra.rs.gov.br

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2015
LICITAÇÃO EXCLUSIVA-ME/EPP
LC 147/2014

Município de **BOA VISTA DO INCRA**

Secretaria Municipal de **EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER**

Edital de Pregão Presencial nº **04/2015**

Tipo de julgamento: **MENOR PREÇO POR QUILOMETRO RODADO POR ITINERÁRIO**

Processo de Licitação nº **08/2015**

CERTIFICO QUE

O Documento de Nº EPP 04/15
foi publicado nesta data no mural desta
Prefeitura Municipal de Boa Vista do Incra - RS.

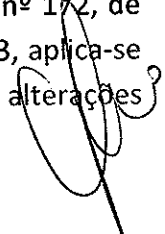
Em 03/02/15

Responsável: 

PREÂMBULO

Edital de pregão para contratação de empresa
para a prestação de serviços de TRANSPORTE
ESCOLAR.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VISTA DO INCRA, no uso de suas atribuições, torna público, para o conhecimento dos interessados, que às 14:00 horas, do dia 18 de fevereiro do ano de 2015, na sala de reuniões do Setor de Compras, localizada na Av. Heraclides de Lima Gomes, s/nº, se reunirão o pregoeiro e a equipe de apoio, designados pela Portaria nº 280/2014, com a finalidade de receber propostas e documentos de habilitação, objetivando a contratação de empresa para a prestação de serviços de transporte escolar em zona rural do município de Boa Vista do Incra, em regime de empreitada por quilômetro rodado por itinerário, tendo como critério de julgamento o menor preço por quilômetro rodado por itinerário, sendo esta licitação exclusiva à participação de empresas beneficiárias da Lei Complementar nº 123/2006, processando-se nos termos da Lei Federal n.º 10.520, de 17-07-2002, e do Decreto Municipal nº 49, de 13 de Junho de 2005, alterado pelo Decreto Municipal nº 172, de 21 de Outubro de 2013, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666-93, aplica-se ainda as disposições legais previstas na Lei Complementar 123/2006 e alterações introduzidas pela Lei Complementar 147/2014.



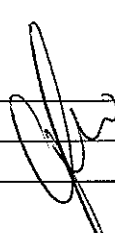


1 - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto da presente licitação a prestação dos serviços de transporte escolar, conforme as condições e especificações e itinerários definidos pela Secretaria de Educação, abaixo discriminadas, e também contidas no Anexo I, Termo de Referência e demais disposições fixadas neste edital e seus anexos.

ITEM 01 - ITINERÁRIO LINHA DAS PRETAS	
ESCOLA.	EMEF Brasilina Abreu Terra.
VEÍCULO/transporte.	VEÍCULO QUE OBEDEÇA AS NORMAS ESTABELECIDAS NO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, Ano/Fabr. não inferior a 2000, mínimo 15 lugares.
Percurso médio diário:	184,9 km
Tipo de pavimentação/km:	Pavimentação asfáltica: 91,12 km. Estrada de chão: 93,76 km.
Turno/Hora de chegada e saída dos alunos da escola	Turno: manhã/meio dia Horário manhã: 8:00 às 12:00 Horário tarde chegada: 13:30
Dias letivos: 202	
Km total: 37.350	

ITEM 02 - ITINERÁRIO LINHA ALMEIDA	
ESCOLA.	EMEF Brasilina Abreu Terra.
VEÍCULO/transporte.	VEÍCULO QUE OBEDEÇA AS NORMAS ESTABELECIDAS NO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, Ano/Fabr. não inferior a 2000, mínimo 15 lugares.
Percurso médio diário:	131,6 km
Tipo de pavimentação/km:	Pavimentação asfáltica: 48 km. Estrada de chão: 83,64 km.
Turno/Hora de chegada e saída dos alunos da escola	Turno: manhã/meio dia Horário manhã: 8:00 às 12:00 Horário tarde chegada: 13:30
Dias letivos: 202	
Km total: 26.584	

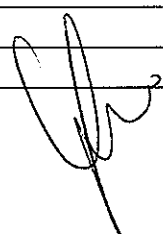




PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO INCRA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
AV. HERACLIDES DE LIMA GOMES, S/Nº - BOA VISTA DO INCRA - RS
CEP:98.120-000 – FONE (55) 3613-1205
www.boavistadoincra.rs.gov.br
E-mail: licitacoes@boavistadoincra.rs.gov.br

ITEM 03 - ITINERÁRIO LINHA CORTICEIRA B	
ESCOLA.	E.E. Três de Julho.
VEÍCULO/transporte.	VEÍCULO QUE OBEDEÇA AS NORMAS ESTABELECIDAS NO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, Ano/Fabr. Não inferior a 2000, mínimo 15 lugares.
Percurso médio diário:	109,2 km.
Tipo de pavimentação/km:	Estrada de chão: 109,2 km.
Turno/Hora de chegada e saída dos alunos da escola	Turno: manhã/meio dia/tarde Horário manhã: 8:00 às 12:00 Horário tarde: 13:00 às 17:00
Dias letivos: 202	
Km total: 22.059	

ITEM 04 - ITINERÁRIO LINHA TIRADENTES A	
ESCOLA	EMEF Tiradentes.
VEÍCULO/transporte.	VEÍCULO QUE OBEDEÇA AS NORMAS ESTABELECIDAS NO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, Ano/Fabr. não inferior a 2000, mínimo 25 lugares.
Percurso médio diário:	150 km.
Tipo de pavimentação/km:	Pavimentação asfáltica: 104 km. Estrada de chão: 46 km.
Turno/Hora de chegada e saída dos alunos da escola	Turno: manhã/meio dia/tarde - 3 (três) vezes por semana Horário manhã: 7:45 às 11:45 Horário tarde: 13:30 às 17:30
Dias letivos: 202	
Km total: 30.300	





I ITEM 05 - TINEÁRIO LINHA TIRADENTES B	
ESCOLA	Saída – EMEF Tiradentes.
VEÍCULO/transporte.	VEÍCULO QUE OBEDEÇA AS NORMAS ESTABELECIDAS NO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, Ano/Fabr. Não inferior a 2000, mínimo 15 lugares.
Percurso médio diário:	111,48 km
Tipo de pavimentação/km:	Pavimentação asfáltica: 64,12 km. Estrada de chão: 47,36 km.
Turno/Hora de chegada e saída dos alunos da escola	Turno: manhã/meio dia/tarde - 3 (três) vezes por semana Horário manhã: 7:45 às 11:45 Horário tarde: 13:30 às 17:30
Dias letivos: 202	
Km total: 22.519	

1.2 – O transporte deverá ser realizado por veículos que atendam as normas estabelecidas no Código de Trânsito Brasileiro, conduzidos por motoristas devidamente habilitados para transporte escolar, de acordo com os itinerários e número de alunos a serem transportados, conforme especificações estabelecidas neste edital e seus anexos.

2- DA ABERTURA

2.1- A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, a ser realizada conforme indicado abaixo, de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital:

DATA DA ABERTURA: 18/02/2015

HORA: 14:00 horas

LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO INCRA/RS

SALA DO SETOR DE COMPRAS

AVENIDA HERACLIDES DE LIMA GOMES, S/Nº - CENTRO



2.2 - Na contagem de todos os prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

2.3 - Ocorrendo à decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas automaticamente para o primeiro dia útil ou de expediente normal, subsequente ao ora fixado.

2.4 - Não será aceito protocolo de entrega em substituição aos documentos requeridos no presente Edital.

2.5 - Será comunicado, por escrito, às empresas que retirarem o Edital, e divulgado aos demais, pelos mesmos meios de divulgação inicial, qualquer alteração que importe em modificação de seus termos, que venha a ocorrer nele ou em seus anexos.

2.6 - Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes de Propostas e Documentação Complementar fora do prazo estabelecido neste Edital.

3 - DA PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderão participar da presente licitação todos os interessados do ramo pertinente ao objeto, legalmente constituídos, que satisfazem os requisitos deste Edital e que comprovem eficazmente que são beneficiários da Lei Complementar 123/2006.

3.2 - Não será admitida a participação de Empresas sob a forma de Consórcio.



4 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

4.1.1 - A proposta e a documentação deverão ser entregues no local, dia e hora constantes no preâmbulo deste Edital, em envelopes separados e lacrados, contendo as páginas numeradas, com os seguintes dizeres na parte externa e frontal:

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Incra

Pregão Presencial nº 04/2015

Envelope nº 01 - Proposta

Proponente: (nome da empresa)

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Incra

Pregão Presencial nº 04/2015

Envelope nº 02 - Documentação

Proponente: (nome da empresa)

4.1.2 - Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração ou publicação em órgão de imprensa oficial. Sendo que as certidões negativas de débitos extraídas de sistemas informatizados – INTERNET -, ficarão sujeitas a verificação de sua autenticidade pela Administração.

4.2 - As Licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, sendo que a Prefeitura Municipal de Boa Vista do Incra, não será em nenhum caso responsável por estes custos, independentemente da condução.

4.3 - É vedada à participação de empresa:

4.3.1 - Que estejam suspensas ou impedidas de licitar pela Prefeitura Municipal de Boa Vista do Incra/RS.

4.3.2 - Que estejam no processo de falência ou concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial.



4.3.3 - Que sejam declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública em qualquer esfera do governo.

4.3.4 - Que não comprove eficazmente que é beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006.

4.4 - O envelope de documentação deste pregoão que não for aberto ficará em poder do Pregoeiro pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir da homologação da licitação, devendo o licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

4.5 - Por ocasião da abertura da sessão, os interessados ou seus representantes, deverão apresentar declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (Anexo V).

4.5.1 - Esta declaração deverá ser entregue diretamente ao Pregoeiro, no ato de apresentação dos envelopes, à parte destes.

4.5.2 - A declaração falsa, relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação sujeitará o licitante as sanções previstas neste edital, nem prejuízo as demais cominações legais.

5 - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

5.1 - A licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao pregoeiro, diretamente, por meio de seu representante legal, ou através de procurador regularmente constituído, que devidamente identificado e credenciado, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse da representada.

5.1.1 - A identificação será realizada, exclusivamente, através da apresentação de documento de identidade.

5.2 - A documentação referente ao credenciamento de que trata o item 5.1 deverá ser apresentada fora dos envelopes.



5.3 - O credenciamento será efetuado da seguinte forma:

a) se representada diretamente, por meio de dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado, deverá apresentar:

a.1) cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado;

a.2) documento de eleição de seus administradores, em se tratando de sociedade comercial ou de sociedade por ações;

a.3) inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil;

a.4) decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

a.5) registro comercial, se empresa individual.

a.6) Os documentos relacionados nas alíneas a.1, a.2, a.3, a.4 e a.5 deste subitem não precisarão constar do Envelope "Documento de Habilitação", se tiverem sido apresentados para o credenciamento deste Pregão.

b) se representada por procurador, deverá apresentar:

b.1) instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante reconhecida, em que conste os requisitos mínimos previstos no art. 654, § 1º, do Código Civil, em especial o nome da empresa outorgante e de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, o nome do outorgado e a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública; ou

b.2) carta de credenciamento outorgado pelos representantes legais da licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação



de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

5.4 - Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatória a licitante fazer-se representar em todas as sessões públicas referentes à licitação.

5.5 – É condição para participação, a empresa beneficiada pela Lei Complementar nº 123/2006 e alterações trazidas pela Lei Complementar nº 147/2014, conforme disciplinado neste edital, apresentar, fora dos envelopes, no momento do credenciamento, declaração, firmada por contador, de que se enquadra como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Cooperativa.

6 - DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

6.1 - No dia, hora e local, mencionados no preâmbulo deste edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à sessão pública do pregão, o pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes nº 01 - PROPOSTA e nº 02 - DOCUMENTAÇÃO.

6.2 - Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhuma licitante retardatária.

6.3 - O pregoeiro realizará o credenciamento das interessadas, as quais deverão:

a) comprovar, por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de ofertas e lances verbais, bem como para a prática dos demais atos do certame;

b) apresentar, declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação.

c) comprovar ser beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações trazidas pela Lei Complementar nº 147/2014.



7 - PROPOSTA FINANCEIRA

7.1 - Serão classificadas as propostas cujos valores unitários não ultrapassem os valores apurados em Planilha de Composição de Preços, Anexo VIII do edital, elaborada pelo Setor de Transporte Escolar.

7.2 - A proposta, cujo prazo de validade é fixado pela Administração em 60 (sessenta) dias, deverá ser apresentada em folhas rubricadas, sendo a última datada e assinada pelo representante legal da empresa, ser redigida em linguagem clara, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, e deverá conter:

a) razão social, CNPJ, endereço, telefone, e-mail da empresa proponente e nome do responsável para contato;

b) preço unitário líquido por quilômetro rodado, em moeda corrente nacional e o respectivo itinerário, onde deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação ou, ainda, despesas com transporte ou terceiros, que correrão por conta da licitante vencedora;

c) planilha de quantitativos e custos unitários.

7.3 - Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula, sendo desprezadas as demais, se houver, também em eventual contratação.

8 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1 - Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação da vencedora.



8.2 - Não havendo, pelo menos, 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

8.3 - No curso da sessão, as autoras das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidadas, individualmente, a apresentarem novos lances, verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir da autora da proposta classificada em segundo lugar, até a proclamação da vencedora.

8.4 - Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

8.5 - A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, obedecida a ordem prevista nos itens 8.3 e 8.4.

8.5.1 - Dada a palavra a licitante, esta disporá de 3min. (três minutos) para apresentar nova proposta.

8.6 - É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

8.6.1 - A diferença entre cada lance não poderá ser inferior a R\$ 0,01 (um centavo de real).

8.7 - Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes no item 16 deste edital.

8.8 - O desinteresse em apresentar lance verbal, quando convocada pelo pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa competitiva e, conseqüentemente, no impedimento de apresentar novos lances, sendo mantido o último preço apresentado pela mesma, que será considerado para efeito de ordenação das propostas.

8.9 - Caso não seja ofertado nenhum lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço por quilômetro rodado, por itinerário e o valor estimado para a contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

8.10 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo pregoeiro, as



licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

8.11 - Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço por quilômetro rodado, por itinerário apresentado, o pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-a com os valores consignados em planilha de custos, decidindo motivadamente a respeito.

8.12 - A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarada vencedora a licitante que ofertar o menor preço por quilômetro rodado, por itinerário, desde que a proposta tenha sido apresentada de acordo com as exigências deste edital.

8.13 - Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;
- b) contiverem opções de preços alternativos;
- c) forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas;
- d) se oponham a qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que deixarem de atender aos requisitos do item 7 do edital;
- e) apresentarem preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não tenham demonstrado sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação.

O valor máximo estimado da contratação por quilômetro rodado por itinerário, conforme segue descrito na tabela abaixo, conforme Planilhas Analíticas de Custo elaboradas pelo Setor de Transporte Escolar:

f) o item, o qual o licitante cotar valor superior ao estimado em Planilhas Analíticas de Custo elaboradas pelo Setor de Transporte Escolar (Anexo VIII).

Observação: Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar



direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

8.14 - Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

8.15 - Da sessão pública do pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, as propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos.

8.16 - A sessão pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto serem esclarecidas previamente junto ao Setor de Licitações deste Município, conforme subitem 19.1 deste edital.

8.17 - Caso haja necessidade de adiamento da sessão pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

9 - DA HABILITAÇÃO

9.1 - Para fins de habilitação neste pregão, o licitante deverá apresentar dentro do ENVELOPE Nº 02, os seguintes documentos:

9.1.1 - Declaração que atende ao disposto no artigo 7.º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal n.º 4.358-02.

9.1.1.2 – Declaração de Idoneidade e Fato Superveniente.

9.1.2 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) registro comercial no caso de empresa individual;

b) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);



c) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.1.3 - REGULARIDADE FISCAL

a) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado ou do Município, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades;

b) prova de regularidade quanto aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Certidão Conjunta Negativa);

c) prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;

d) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;

e) prova de regularidade relativa à Seguridade Social (CND/INSS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos em lei;

f) prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

9.1.4 - REGULARIDADE TRABALHISTA

a) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de



maio de 1943.

9.1.5 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Declaração de propriedade e disponibilidade de veículos necessários à prestação dos serviços de transporte de escolar, conforme descrição no Objeto, comprovando, assim, a disponibilidade de veículo para a(s) linha(s) e/ou rota(s) de transporte(s) que atendam aos requisitos exigidos pelo presente Edital, bem assim pelo Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal nº 9.503/1997 art. 136) .

b) Carteira de habilitação dos motoristas, categoria “D”, conforme art. 138, inc. II do CTB, comprovando a realização de curso especializado para condução de escolares nos termos das Resoluções 168/2004 e 285/2008 do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN.

c) Comprovação de que seus empregados preenchem a qualificação exigida na letra b supra e Declaração Formal que disponibilizará da quantidade necessária de motoristas, devidamente habilitados com prova de vínculo empregatício com a empresa licitante, de acordo com as exigências e normas CTB.

9.1.6 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Balanço patrimonial já exigível e apresentado na forma da lei, com a indicação do nº do Livro Diário, número de registro no órgão competente e numeração das folhas onde se encontram os lançamentos, que comprovem a boa situação financeira da empresa.



a1) para a comprovação da boa situação financeira, a empresa deverá apresentar Relatório de Análise de Demonstrações Contábeis, assinado por Contador, onde deverá estar apurados índices mínimos aceitáveis, pela aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{LIQUIDEZ INSTANTÂNEA: } \frac{AD}{PC} = \text{índice mínimo: } 0,05$$

$$\text{LIQUIDEZ CORRENTE: } \frac{AC}{PC} = \text{índice mínimo: } 1,00$$

$$\text{LIQUIDEZ GERAL: } \frac{AC + ARLP}{PC + PELP} = \text{índice mínimo: } 1,00$$

$$\text{GERÊNCIA DE CAPITAIS DE TERCEIROS: } \frac{PL}{PC + PELP} = \text{índice mínimo: } 1,00$$

$$\text{GRAU DE ENDIVIDAMENTO: } \frac{PC + PELP}{AT} = \text{índice máximo: } 0,50$$

Onde: AC = Ativo Circulante; AD = Ativo Disponível; ARLP = Ativo Realizável a Longo Prazo; AP = Ativo Permanente; AT = Ativo Total; PC = Passivo Circulante; PELP = Passivo Exigível a Longo Prazo; PL = Patrimônio Líquido.

b) É vedada substituição do balanço por balancete ou balanço provisório, podendo aquele ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

c) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias da data designada para a apresentação do documento.



9.2 - Para as empresas cadastradas no Município, a documentação poderá ser substituída pelo seu Certificado de Registro de Fornecedor, desde que seu objetivo social comporte o objeto licitado e o registro cadastral esteja no prazo de validade.

a) Caso algum dos documentos fiscais obrigatórios, exigidos para cadastro esteja com o prazo de validade expirado, a licitante deverá regularizá-lo no órgão emissor do cadastro ou anexá-lo, como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação.

9.3 - A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atender ao item 5.5 que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, previstos no item 9.1.3, deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em 05 (cinco) dias úteis, a da sessão em que foi declarada como vencedora do certame.

9.3.1 - O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

9.3.2 - Ocorrendo a situação prevista no item 9.3, a sessão do pregão será suspensa, podendo o pregoeiro fixar, desde logo, a data em que se dará continuidade ao certame, ficando os licitantes já intimados a comparecer ao ato público, a fim de acompanhar o julgamento da habilitação.

9.3.3 - O benefício de que trata o item 9.3 não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

9.3.4 - A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 9.3, implicará na inabilitação do licitante e a adoção do procedimento previsto no item 10.2, sem prejuízo das penalidades previstas no item 16.1, alínea a, deste edital.

9.4 - O envelope de documentação que não for aberto ficará em poder do pregoeiro pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar da homologação da licitação, devendo a licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.



10 - DA ADJUDICAÇÃO

10.1 - Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante que ofertar o menor preço será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

10.2 - Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o pregoeiro poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

10.3 - Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro proclamará a vencedora e, a seguir, proporcionará às licitantes a oportunidade para manifestarem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação expressa, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recorrer por parte da licitante.

11 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1 - Tendo a licitante manifestado motivadamente, na sessão pública do pregão, a intenção de recorrer, esta terá o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentação das razões de recurso.

11.2 - Constará na ata da sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias corridos, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se, a todas, vista imediata do processo.



11.3 - A manifestação expressa da intenção de interpor recurso e da motivação, na sessão pública do prego, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

11.4 - O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio daquela que praticou o ato recorrido, a qual poderá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, reconsiderar sua decisão ou fazê-lo subir, acompanhado de suas razões, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da subida do recurso, sob pena de responsabilidade daquele que houver dado causa à demora.

11.5 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

11.6 - Os recursos tempestivamente interpostos serão recebidos com efeito devolutivo e suspensivo sendo que o seu acolhimento importará na invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.7 – A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento aos interessados, através de comunicação por escrito via email.

12 - DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA E DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

12.1 - Esgotado todos os prazos recursais, Adjudicado e Homologado o objeto da presente licitação, o MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO INCRA convocará o adjudicatário para assinar o termo de contrato em até 5 (cinco) dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

12.1.1 – O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que motivo justificado e aceito pela Administração.

12.2 – O MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO INCRA poderá quando o convocado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos neste edital, convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas



condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados, de conformidade com o presente edital, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

12.3 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo, supressões acima deste limite ser resultante de acordo entre as partes.

12.4 – O prazo de vigência do contrato decorrente desta licitação será da assinatura do contrato até 31/12/2015.

12.5 - Fica proibida a subcontratação.

12.6 – Para assinatura do contrato, o licitante adjudicado, deverá comprovar a propriedade dos veículos a serem utilizados na prestação dos serviços de transporte contratado, laudo de vistoria do veículo, a ser fornecido por agência autorizada e comprovar ao Poder Público, o atendimento às condições descritas nos requisitos exigidos pelo presente Edital, bem assim pelo Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal nº 9.503/1997, art. 136).

12.7 – Para assinatura do contrato, o licitante adjudicado, deverá comprovar a contratação de seguro com a seguinte cobertura MÍNIMA por veículo, além do RECEFITUR/DAER:

- a) Danos corporais e/ou materiais causados à passageiros – R\$ 464.568,00;
- b) Responsabilidade civil para danos causados à terceiros: danos materiais R\$ 38.714,00 e danos corporais R\$ 38.714,00;
- c) Acidentes pessoais para condutores: acidental R\$ 38.714,00, invalidez permanente R\$ 38.714,00, D.M.H. R\$ 9.291,36;
- d) Acidentes pessoais de passageiros (APP): por passageiro: morte acidental R\$ 38.714,00, invalidez permanente R\$ 38.714,00, D.M.H. R\$ 9.291,36.

12.8 – Para assinatura do contrato, o licitante adjudicado, deverá comprovar mediante apresentação de documentos relativos aos condutores:

- a) Habilitação mínima categoria “D”;



- b) Idade superior a 21 (vinte e um) anos;
- c) Curso especializado para transporte escolar;
- d) Certidão negativa criminal, relativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro, e corrupção de menores, nos termos do art. 329 do Código de Trânsito Brasileiro;
- e) Curso de direção e primeiros socorros;
- f) Não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os 12 (doze) últimos meses;
- g) Ser aprovado em curso especializado, nos termos da regulamentação do CONTRAN.

13 - DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 – O pagamento pelo serviço prestado será mensal, devendo ocorrer até o 10º (décimo) dia do mês subseqüente ao do serviço prestado. O pagamento será liberado mediante o recebimento da Nota Fiscal, devidamente assinada pelo Secretário Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer e responsável Setor de Transporte Escolar, acompanhada das cópias autenticadas das Guias de Recolhimento do FGTS e INSS do mês anterior relativas aos empregados utilizados na prestação do serviço, bem como das Planilhas do Setor de Transporte Escolar, atestando os dias, quilometragem percorrida e horários, o que comprovará a execução do serviço contratado.

13.2 - Para o efetivo pagamento, as faturas deverão se fazer acompanhar da guia de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS, relativa aos empregados utilizados na prestação do serviço.

13.3 - Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGPM/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, pro rata.

13.4 - Serão processadas as retenções previdenciárias nos termos da legislação que regula a matéria.



13.5 - A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo e o número do pregão, a fim de acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

13.6 – A dotação orçamentária correrá por conta das verbas codificadas sob o número adiante descrito:

Educação (Infantil) LINHA DAS PRETAS

Órgão: 07- Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Lazer
Unidade: 02- Manutenção de Desenvolvimento do Ensino (25%)
Projeto/Atividade: 2.714- Manutenção do Transporte Escolar- Ensino Infantil.

Elementos: 3.3.90.39- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, no valor de R\$ 2.530,00 (dois mil e quinhentos e trinta reais), código reduzido 585.

Elementos: 3.3.90.39- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, no valor de R\$ 74.411,00 (setenta e quatro mil e quatrocentos e onze reais), código reduzido 584.

Educação (Educação Básica) LINHAS ALMEIDA, CORTICEIRA B

Órgão: 07- Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Lazer
Unidade: 02- Manutenção de Desenvolvimento do Ensino (25%)
Projeto/Atividade: 2.703- Manutenção do Transporte Escolar- Educação Básica.

Elementos: 3.3.90.39- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, no valor de R\$ 26.600,00 (vinte e seis mil e seiscentos reais), código reduzido 217.

Elementos: 3.3.90.39- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, no valor de R\$ 26.600,00 (vinte e seis mil e seiscentos reais), código reduzido 216.

Elementos: 3.3.90.39- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, no valor de R\$ 55.098,55 (cinquenta e cinco mil e noventa e oito reais e cinquenta e cinco centavos), código reduzido 215.



Educação (Ensino Médio) Linhas TIRADENTES A, TIRADENTES B

Órgão: 07- Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Lazer

Unidade: 04- Manutenção das Atividades do Ensino Médio.

Projeto/Atividade: 2.750- Manutenção do Transporte Ensino Médio.

Elementos: 3.3.90.39- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, no valor de R\$ 33.100,00 (trinta e três mil e cem reais), código reduzido 281.

Elementos: 3.3.90.39- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, no valor de R\$ 7.450,00 (sete mil e quatrocentos e cinquenta reais), código reduzido 282.

Elementos: 3.3.90.39- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, no valor de R\$ 76.388,70 (setenta e seis mil e trezentos e oitenta e oito reais e setenta centavos) ,código reduzido 280.

14 - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

14.1 - O reequilíbrio econômico financeiro, quando solicitado por parte do licitante interessado, deverá obedecer aos seguintes critérios:

14.1.1 - Sempre que houver a necessidade de restabelecer a relação entre as partes, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico financeiro inicial do contrato, nos termos da alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93, a empresa vencedora deverá requerê-lo e comprová-lo através de documentação hábil. No entanto, a Administração fará nova pesquisa de preço dos itens para os quais foi requerido o reequilíbrio e se verificado que o preço de mercado encontra-se superior ao fixado no contrato, o concederá na proporção do aumento apurado pela Administração.



15 - DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

15.1 – A empresa contratada deverá disponibilizar de veículos adequados para transporte escolar em conformidade com o Código Brasileiro de Trânsito e funcionários capacitados, de acordo com a declaração apresentada no item 9.1.5 a e b), em número suficiente para prestar o serviço, conforme descrito no item 1 – DO OBJETO, deste edital.

16 - DAS PENALIDADES

16.1 - Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 2 (dois) anos e multa de 3% (três por cento) sobre o valor estimado da contratação;

b) manter comportamento inadequado durante o pregão: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 (dois) anos;

c) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 (cinco) anos e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado da contratação;

d) executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;

e) executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 05 (cinco) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;

f) inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 (três) anos e multa de 8% (oito por cento) sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;



g) inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 (cinco) anos e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do contrato;

h) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 (cinco) anos e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do contrato.

16.2 - As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

16.3 - Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

17 - DA RESCISÃO

17.1 – A inexecução total ou parcial do contrato pode acarretar a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme disposto nos art. 77 a 80 da Lei 8.666/93. Constitui motivo de rescisão contratual os incisos do art. 78 da Lei 8.666/93.

17.2 – O contrato poderá ser rescindido:

a) por ato unilateral do CONTRATANTE nos casos dos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;

b) amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

c) judicialmente nos termos da legislação.

17.3 - Aplica-se ainda, no que couber as disposições previstas nos artigos 77 ao 80 da Lei Federal n.º 8.666/93.



17.4 - A rescisão deste contrato implicará retenção de créditos decorrentes da contratação, até o limite dos prejuízos causados a contratante bem como na assunção do objeto de contrato pelo contratante na forma que o mesmo determinar.

17.5 - A contratada reconhece os direitos do contratante, em caso de rescisão administrativa, prevista no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

18 - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

18.1 - A fiscalização do contrato oriundo deste processo licitatório será realizada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer através da Comissão Municipal do Transporte Escolar – COMAT e pela servidora Maria Luiza Tatsch do Amaral.

19 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 - Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do edital, deverão ser solicitadas por escrito, ao Município de Boa Vista do Incra - RS, setor de Compras e Licitações, sito na Av. Heraclides de Lima Gomes, s/nº, ou pelos telefones (55) 3613-1204/1205, no horário compreendido entre as 08:00h e 12:00h e das 13:30h e 17:30h, com antecedência mínima de 02 (dois) dias da data marcada para recebimento dos envelopes.

19.2 - Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente Pregão encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no Município, junto ao Setor de Licitações.

19.3 - Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

19.4 - Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização de ato do certame na data marcada, a data constante deste edital será transferida, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente ao ora fixado.



19.5 - Para agilização dos trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar na documentação o seu endereço, e-mail e o número de telefone.

19.6 - Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada, por tabelião ou por servidor, ou, ainda, publicação em órgão da imprensa oficial.

19.7 - Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

19.8 - A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei Federal nº 8.666-93).

19.9 - É facultada ao Pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

19.10 - Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

19.11 - A licitante responderá pela veracidade de todas as informações que prestar, sob pena de verificada a qualquer tempo a falsidade material ou ideológica, ser desclassificada ou ver anulada a adjudicação ou revogado o Contrato, sem prejuízo dos consectários criminais;

19.12 - O uso de telefone celular durante a sessão de lances só poderá ser usado com a permissão do Pregoeiro.

19.13 - A inabilitação do licitante em qualquer das fases do procedimento licitatório importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

19.14 - Só terão direito de usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos e assinar as atas, os licitantes ou seus representantes credenciados, Pregoeiro e Equipe de Apoio.



19.15 - Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar este ato convocatório.

19.16 - Os casos omissos aplicam-se as disposições constantes da Lei 10.520/2002, da Lei 8.666/93 e demais legislações pertinentes.

19.17 – Integram o presente Edital:

ANEXO I – ITENS DA LICITAÇÃO

ANEXO II – CARTA DE CREDENCIAMENTO

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE E FATO SUPERVENIENTE

ANEXO IV – DECLARAÇÃO – EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

ANEXO VI – MINUTA DO CONTRATO

ANEXO VII – PLANILHA DE ITINERÁRIOS

ANEXO VIII – PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS

ANEXO IX – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO X – DESCRIÇÃO DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS



18.17 - Fica eleito o Foro da Comarca de Cruz Alta (RS) para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Boa Vista do Incra (RS), 03 de fevereiro de 2015.

Gilnei Medeiros Barbosa
Prefeito Municipal

Este edital foi devidamente
examinado e aprovado por esta
Assessoria Jurídica.

Em ___/___/_____.

Assessor(a) Jurídico(a)



ANEXO I - ITENS DA LICITAÇÃO

ITEM 01 - ITINERÁRIO LINHA DAS PRETAS	
ESCOLA.	EMEF Brasilina Abreu Terra.
VEÍCULO/transporte.	VEÍCULO QUE OBEDEÇA AS NORMAS ESTABELECIDAS NO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, Ano/Fabr. não inferior a 2000, mínimo 15 lugares.
Percurso médio diário:	184,9 km
Tipo de pavimentação/km:	Pavimentação asfáltica: 91,12 km. Estrada de chão: 93,76 km.
Turno/Hora de chegada e saída dos alunos da escola	Turno: manhã/meio dia Horário manhã: 8:00 às 12:00 Horário tarde chegada: 13:30
Dias letivos: 202	
Km total: 37.350	

ITEM 02 - ITINERÁRIO LINHA ALMEIDA	
ESCOLA.	EMEF Brasilina Abreu Terra.
VEÍCULO/transporte.	VEÍCULO QUE OBEDEÇA AS NORMAS ESTABELECIDAS NO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, Ano/Fabr. não inferior a 2000, mínimo 15 lugares.
Percurso médio diário:	131,6 km
Tipo de pavimentação/km:	Pavimentação asfáltica: 48 km. Estrada de chão: 83,64 km.
Turno/Hora de chegada e saída dos alunos da escola	Turno: manhã/meio dia Horário manhã: 8:00 às 12:00 Horário tarde chegada: 13:30
Dias letivos: 202	
Km total: 26.584	



ITEM 03 - ITINERÁRIO LINHA CORTICEIRA B	
ESCOLA.	E.E. Três de Julho.
VEÍCULO/transporte.	VEÍCULO QUE OBEDEÇA AS NORMAS ESTABELECIDAS NO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, Ano/Fabr. Não inferior a 2000, mínimo 15 lugares.
Percurso médio diário:	109,2 km.
Tipo de pavimentação/km:	Estrada de chão: 109,2 km.
Turno/Hora de chegada e saída dos alunos da escola	Turno: manhã/meio dia/tarde Horário manhã: 8:00 às 12:00 Horário tarde: 13:00 às 17:00
Dias letivos:	202
Km total:	22.059

ITEM 04 - ITINERÁRIO LINHA TIRADENTES A	
ESCOLA	EMEF Tiradentes.
VEÍCULO/transporte.	VEÍCULO QUE OBEDEÇA AS NORMAS ESTABELECIDAS NO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, Ano/Fabr. não inferior a 2000, mínimo 25 lugares.
Percurso médio diário:	150 km.
Tipo de pavimentação/km:	Pavimentação asfáltica: 104 km. Estrada de chão: 46 km.
Turno/Hora de chegada e saída dos alunos da escola	Turno: manhã/meio dia/tarde - 3 (três) vezes por semana Horário manhã: 7:45 às 11:45 Horário tarde: 13:30 às 17:30
Dias letivos:	202
Km total:	30.300



I ITEM 05 - TINEÁRIO LINHA TIRADENTES B	
ESCOLA	Saída – EMEF Tiradentes.
VEÍCULO/transporte.	VEÍCULO QUE OBEDEÇA AS NORMAS ESTABELECIDAS NO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, Ano/Fabr. Não inferior a 2000, mínimo 15 lugares.
Percurso médio diário:	111,48 km
Tipo de pavimentação/km:	Pavimentação asfáltica: 64,12 km. Estrada de chão: 47,36 km.
Turno/Hora de chegada e saída dos alunos da escola	Turno: manhã/meio dia/tarde - 3 (três) vezes por semana Horário manhã: 7:45 às 11:45 Horário tarde: 13:30 às 17:30
Dias letivos: 202	
Km total: 22.519	



ANEXO II - CARTA DE CREDENCIAMENTO

Referente à Processo de Licitação: PP nº 04/2015
Órgão: Prefeitura Municipal de Boa Vista do Incra

À COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO INCRA

Pelo presente, credenciamos o(a) Sr.(a), portador(a) da
Cédula de Identidade sob nº e CPF sob nº
a participar do procedimento licitatório, sob a modalidade acima, instaurado por este órgão
público.

Na qualidade de representante legal da empresa
outorga-se ao acima credenciado, dentre outros poderes, o de dar lances e apresentar
recursos ou renunciar ao direito de interposição de recurso.

Boa Vista do Inca (RS), de de

Assinatura do Representante Legal da Empresa

Nome:

Carimbo e CNPJ da Empresa



ANEXO III - DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE E FATO SUPERVENIENTE

Declaro sob as penas da lei, para a Licitação modalidade Pregão Presencial nº 04/2015 da Prefeitura Municipal de Boa Vista do Incra - RS, que a empresa, não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, nos termos do Inciso IV, do art. 87 da Lei 8.666/93, e alterações bem como de que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega de documentos de habilitação, que venha alterar a atual situação quanto a capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira.

E, por ser expressão fiel da verdade, firmamos o presente.

Boa Vista do Incra (RS), de de

Representante Legal



ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

A empresa, inscrita no CNPJ nº,
por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a)
portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº
....., DECLARA para os devidos fins do disposto do Inciso V do art. 27 da
Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999,
que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não
emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Boa Vista do Incra (RS), de de

Representante Legal



ANEXO V - DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Referente à Processo de Licitação: PP nº 04/2015
Órgão: Prefeitura Municipal de Boa Vista do Incra

A empresa, inscrita no CNPJ nº, situado no endereço, na cidade de, Estado, declara expressamente que tem pleno conhecimento das exigências do edital, do objeto ora licitado e, cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

Boa Vista do Incra (RS), de de

Representante Legal



ANEXO VI – MINUTA DE CONTRATO Nº XX/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2015

Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO INCRA – RS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 04.215.199/0001-26, com sede na Av. Heraclides de Lima Gomes, s/nº, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor Gilnei Medeiros Barbosa, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, portador da carteira de identificação RG nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx no Município de Boa Vista do Incra – RS, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX com sede na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, representada neste ato por seu representante legal XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro, xxxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxxx, inscrito no CIC sob nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX na cidade de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, doravante simplesmente denominado CONTRATADA, ajustam entre si o presente contrato de AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR EM ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO INCRA, DO TIPO MENOR PREÇO POR QUILOMETRO RODADO POR ITINERÁRIO, mediante às cláusulas e condições que, reciprocamente aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com as Leis Federais nº 10.520/02 e nº 8.666/93, aplica-se ainda no que couber as disposições legais previstas na Lei Complementar 123/2006 e também a Lei Complementar 147/2014, com alterações introduzidas pela Lei nº 8.883/94 e com as especificações contidas no Edital de Licitação – Pregão Presencial nº 04/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste contrato a prestação dos serviços de transporte escolar, conforme as condições e especificações e itinerários abaixo discriminados:

ITEM 01 - ITINERÁRIO LINHA DAS PRETAS	
ESCOLA.	EMEF Brasilina Abreu Terra.
VEÍCULO/transporte.	VEÍCULO QUE OBEDEÇA AS NORMAS ESTABELECIDAS NO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, Ano/Fabr. não inferior a 2000, mínimo 15 lugares.
Percurso médio diário:	184,9 km



Tipo de pavimentação/km:	Pavimentação asfáltica: 91,12 km. Estrada de chão: 93,76 km.
Turno/Hora de chegada e saída dos alunos da escola	Turno: manhã/meio dia Horário manhã: 8:00 às 12:00 Horário tarde chegada: 13:30
Dias letivos: 202	
Km total: 37.350	

ITEM 02 - ITINERÁRIO LINHA ALMEIDA	
ESCOLA.	EMEF Brasilina Abreu Terra.
VEÍCULO/transporte.	VEÍCULO QUE OBEDEÇA AS NORMAS ESTABELECIDAS NO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, Ano/Fabr. não inferior a 2000, mínimo 15 lugares.
Percurso médio diário:	131,6 km
Tipo de pavimentação/km:	Pavimentação asfáltica: 48 km. Estrada de chão: 83,64 km.
Turno/Hora de chegada e saída dos alunos da escola	Turno: manhã/meio dia Horário manhã: 8:00 às 12:00 Horário tarde chegada: 13:30
Dias letivos: 202	
Km total: 26.584	

ITEM 03 - ITINERÁRIO LINHA CORTICEIRA B	
ESCOLA.	E.E. Três de Julho.
VEÍCULO/transporte.	VEÍCULO QUE OBEDEÇA AS NORMAS ESTABELECIDAS NO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, Ano/Fabr. Não inferior a 2000, mínimo 15 lugares.
Percurso médio diário:	109,2 km.
Tipo de pavimentação/km:	Estrada de chão: 109,2 km.
Turno/Hora de chegada e saída dos alunos da escola	Turno: manhã/meio dia/tarde Horário manhã: 8:00 às 12:00 Horário tarde: 13:00 às 17:00
Dias letivos: 202	
Km total: 22.059	



ITEM 04 - ITINERÁRIO LINHA TIRADENTES A	
ESCOLA	EMEF Tiradentes.
VEÍCULO/transporte.	VEÍCULO QUE OBEDEÇA AS NORMAS ESTABELECIDAS NO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, Ano/Fabr. não inferior a 2000, mínimo 25 lugares.
Percurso médio diário:	150 km.
Tipo de pavimentação/km:	Pavimentação asfáltica: 104 km. Estrada de chão: 46 km.
Turno/Hora de chegada e saída dos alunos da escola	Turno: manhã/meio dia/tarde - 3 (três) vezes por semana Horário manhã: 7:45 às 11:45 Horário tarde: 13:30 às 17:30
Dias letivos: 202	
Km total: 30.300	

I ITEM 05 - TINERÁRIO LINHA TIRADENTES B	
ESCOLA	Saída – EMEF Tiradentes.
VEÍCULO/transporte.	VEÍCULO QUE OBEDEÇA AS NORMAS ESTABELECIDAS NO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, Ano/Fabr. Não inferior a 2000, mínimo 15 lugares.
Percurso médio diário:	111,48 km
Tipo de pavimentação/km:	Pavimentação asfáltica: 64,12 km. Estrada de chão: 47,36 km.
Turno/Hora de chegada e saída dos alunos da escola	Turno: manhã/meio dia/tarde - 3 (três) vezes por semana Horário manhã: 7:45 às 11:45 Horário tarde: 13:30 às 17:30
Dias letivos: 202	
Km total: 22.519	



CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

Pela prestação dos serviços, a CONTRATANTE pagará para a CONTRATADA, a importância de R\$ (.....), por quilômetro rodado, referente ao itinerário, preço este constante da proposta ofertada e aceita pela CONTRATADA, entendido este como preço justo e suficiente para a total execução do presente contrato.

No valor acima estão incluídos todos os custos com materiais, mão de obra e quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas, contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais que eventualmente incidam sobre a operação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

O pagamento pelo serviço prestado será mensal, devendo ocorrer até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao do serviço prestado. O pagamento será liberado mediante o recebimento da Nota Fiscal, devidamente assinada pelo Secretário Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer e responsável Setor de Transporte Escolar, acompanhada das cópias autenticadas das Guias de Recolhimento do FGTS e INSS do mês anterior relativas aos empregados utilizados na prestação do serviço, bem como das Planilhas do Setor de Transporte Escolar, atestando os dias, quilometragem percorrida e horários, o que comprovará a execução do serviço contratado.

Para o efetivo pagamento, as faturas deverão se fazer acompanhar da guia de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS, relativa aos empregados utilizados na prestação do serviço.

Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGPM/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, pro rata.

Serão processadas as retenções previdenciárias nos termos da legislação que regula a matéria.

A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a



indicação do número do processo e o número do pregão, a fim de acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta das seguintes rubricas orçamentárias:

Educação (Infantil) LINHA DAS PRETAS

Órgão: 07- Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Lazer

Unidade: 02- Manutenção de Desenvolvimento do Ensino (25%)

Projeto/Atividade: 2.714- Manutenção do Transporte Escolar- Ensino Infantil.

Elementos: 3.3.90.39- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, no valor de R\$ 2.530,00 (dois mil e quinhentos e trinta reais), código reduzido 585.

Elementos: 3.3.90.39- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, no valor de R\$ 74.411,00 (setenta e quatro mil e quatrocentos e onze reais), código reduzido 584.

Educação (Educação Básica) LINHAS ALMEIDA, CORTICEIRA B

Órgão: 07- Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Lazer

Unidade: 02- Manutenção de Desenvolvimento do Ensino (25%)

Projeto/Atividade: 2.703- Manutenção do Transporte Escolar- Educação Básica.

Elementos: 3.3.90.39- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, no valor de R\$ 26.600,00 (vinte e seis mil e seiscentos reais), código reduzido 217.

Elementos: 3.3.90.39- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, no valor de R\$ 26.600,00 (vinte e seis mil e seiscentos reais), código reduzido 216.

Elementos: 3.3.90.39- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, no valor de R\$ 55.098,55 (cinquenta e cinco mil e noventa e oito reais e cinquenta e cinco centavos), código reduzido 215.



Educação (Ensino Médio) Linhas TIRADENTES A, TIRADENTES B

Órgão: 07- Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Lazer

Unidade: 04- Manutenção das Atividades do Ensino Médio.

Projeto/Atividade: 2.750- Manutenção do Transporte Ensino Médio.

Elementos: 3.3.90.39- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, no valor de R\$ 33.100,00 (trinta e três mil e cem reais), código reduzido 281.

Elementos: 3.3.90.39- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, no valor de R\$ 7.450,00 (sete mil e quatrocentos e cinquenta reais), código reduzido 282.

Elementos: 3.3.90.39- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, no valor de R\$ 76.388,70 (setenta e seis mil e trezentos e oitenta e oito reais e setenta centavos), código reduzido 280.

CLÁUSULA QUINTA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

O reequilíbrio econômico financeiro, quando solicitado por parte do licitante interessado, deverá obedecer aos seguintes critérios:

Sempre que houver a necessidade de restabelecer a relação entre as partes, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico financeiro inicial do contrato, nos termos da alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93, a empresa vencedora deverá requerê-lo e comprová-lo através de documentação hábil. No entanto, a Administração fará nova pesquisa de preço dos itens para os quais foi requerido o reequilíbrio e se verificado que o preço de mercado encontra-se superior ao fixado no contrato, o concederá na proporção do aumento apurado pela Administração.



CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato decorrente desta licitação será da assinatura do contrato até 31/12/2015.

Não é permitida a subcontratação para a execução do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Dos Direitos da Contratante:

- Alteração do contrato na forma do art. 65, inc. e § da Lei nº 8.666/1993.
- Modificação unilateral do contrato.
- Fiscalização através do Setor de Transporte Escolar do serviço contratado.

PARÁGRAFO SEGUNDO: É obrigação da Contratante:

- I – Impedir que terceiros estranhos prestem os serviços contratados;
- II – Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo contratado nos termos do edital;
- III – Solicitar a reparação do objeto do contrato, que esteja em desacordo com a especificação;
- IV – Efetuar o pagamento no prazo previsto no contrato;

PARÁGRAFO TERCEIRO: É obrigação do Contratado:

- I – Responder em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do objeto;



-
- II – Responder por quaisquer danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato (a fiscalização ou o acompanhamento do contrato pela Administração não exclui ou reduz a responsabilidade do contratado);
- III – Na prestação dos serviços os motoristas deverão utilizar-se de crachá de identificação e vestuário adequado, devendo o Contratado substituir imediatamente os motoristas caso sejam considerados inconvenientes à boa ordem e às normas disciplinares da Administração;
- IV – Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração seja ela qual for, desde que praticada por seus empregados na execução do contrato;
- V – Comunicar a Administração, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente;
- VI – Prestar à Administração os esclarecimentos que julgar necessários para boa execução do contrato;
- VII – Cumprir fielmente com a prestação de serviços objeto deste contrato;
- VIII – Manter-se durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital;
- IX – Manter preposto aceito pela Administração Municipal, no local da execução do serviço, para representa-lo na execução do contrato.

PARÁGRAFO QUARTO: Obrigações do contratado relativas aos veículos

- I – Certificados de Propriedades dos veículos em nome da empresa, a serem utilizados nos serviços, que deverão ter até 15 (quinze) anos de uso;
- II – Submeter os veículos a vistorias técnicas determinadas pela Município;
- III – Manter os veículos sempre limpos e em condições de segurança;
- IV – Adequar os veículos a serem utilizados no transporte escolar às determinações do Código de Trânsito Brasileiro, sobretudo a exigência de possuir;



V – Na traseira e nas laterais de sua carroçaria, em toda a sua extensão, faixa horizontal amarela, pintada a meia altura, na qual se inscreverá o dístico “**ESCOLAR**”;

VI – Equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo – tacógrafo;

VII – Cintos de segurança em número igual à lotação;

VIII – Apresentar certificado de inspeção semestral realizado por profissional habilitado (CREA) nos termos do art. 130, inc. II do Código de Trânsito Brasileiro, com os custos por conta do contratado.

IX – Ter contratado seguro com a seguinte cobertura MÍNIMA por veículo, além do RECEFITUR/DAER:

- a) danos corporais e/ou materiais causados à passageiros (R\$ 464.568,00);
- b) responsabilidade civil para danos causados à terceiros: - danos materiais: R\$ 38.714,00 e danos corporais: R\$ 38.714,00;
- c) acidentes pessoais para condutores: morte acidental R\$ 38.714,00, invalidez permanente R\$ 38.714,00, D.M.H. R\$ 9.291,36;
- d) acidentes pessoais de passageiros (APP), por passageiro: morte acidental (R\$ 38.714,00), invalidez permanente (R\$ 38.714,00), D.M.H. (R\$ 9.291,36).

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial do contrato pode acarretar a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme disposto nos art. 77 a 80 da Lei 8.666/93. Constitui motivo de rescisão contratual os incisos do art. 78 da Lei 8.666/93.

O contrato poderá ser rescindido:

- a) por ato unilateral do CONTRATANTE nos casos dos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;



- b) amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;
- c) judicialmente nos termos da legislação.

Aplica-se ainda, no que couber as disposições previstas nos artigos 77 ao 80 da Lei Federal n.º 8.666/93.

A rescisão deste contrato implicará retenção de créditos decorrentes da contratação, até o limite dos prejuízos causados a contratante bem como na assunção do objeto de contrato pelo contratante na forma que o mesmo determinar.

A contratada reconhece os direitos do contratante, em caso de rescisão administrativa, prevista no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES E MULTAS

Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

- a) deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 (dois) anos e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado da contratação;
- b) manter comportamento inadequado durante o pregão: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 (dois) anos;
- c) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 (cinco) anos e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado da contratação;
- d) executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;
- e) executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 05 (cinco) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o



valor atualizado do contrato;

f) inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 (três) anos e multa de 8% (oito por cento) sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;

g) inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 (cinco) anos e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do contrato;

h) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 (cinco) anos e multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do contrato.

i) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total atualizado do contrato, no caso de constatação de defeito na prestação do serviço contratado, tais como:

i.1) Colocar à disposição do município para execução do presente contrato, veículo adverso do pedido de licitação ou da documentação acostada no processo licitatório e contrato;

i.2) veículo estar com danos que detectados pela comissão de avaliação;

i.3) substituir motorista sem apresentação de sua habilitação perante a Administração;

As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA - RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO

a) A CONTRATADA compromete-se a efetuar, pontualmente, os recolhimentos sociais, trabalhistas e previdenciários, durante todo o período do contrato.



- b) A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização.
- c) A Administração rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com o contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

- a) O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, de forma unilateral pela contratante ou por acordo das partes na forma do art. 65 e alíneas da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

A empresa contratada deverá disponibilizar de veículos adequados para transporte escolar em conformidade com o Código Brasileiro de Trânsito e funcionários capacitados, de acordo com a declaração apresentada no item 9.1.5 a e b), em número suficiente para prestar o serviço, conforme descrito no item 1 – DO OBJETO, do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A fiscalização do contrato oriundo deste processo licitatório será realizada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer através da Comissão Municipal do Transporte Escolar – COMAT e pela servidora Maria Luiza Tatsch do Amaral.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Aplica-se ao presente contrato as Leis nº 10.520/02 e Decreto nº 3.555/2000, assim como a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, e ainda, a Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, os preceitos do Direito Público, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado .



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Casos omissos serão resolvidos com base na Lei 8.666/93 e demais legislações aplicáveis à matéria.

Para dirimir eventuais litígios decorrentes deste contrato, as partes elegem, de comum acordo o Foro da Comarca de Cruz Alta/RS.

E, por estarem de pleno acordo, as partes assinam o presente contrato na presença de testemunhas, em quatro (4) vias de igual teor e forma, para que produza seus efeitos legais.

Boa Vista do Incra, de de 2015.

CONTRATADA



Gilnei Medeiros Barbosa

Prefeito Municipal

Testemunhas: _____

Fiscal do Contrato: _____

Esta minuta de edital foi examinada e aprovada por esta Assessoria Jurídica.

Em ____-____-____.

Assessor (a) Jurídico (a)



ANEXO VII - PLANILHA DE ITINERÁRIOS

ITEM 01 - ITINERÁRIO LINHA DAS PRETAS	
ESCOLA.	EMEF Brasilina Abreu Terra.
VEÍCULO/transporte.	VEÍCULO QUE OBEDEÇA AS NORMAS ESTABELECIDAS NO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, Ano/Fabr. não inferior a 2000, mínimo 15 lugares.
Percurso médio diário:	184,9 km
Tipo de pavimentação/km:	Pavimentação asfáltica: 91,12 km. Estrada de chão: 93,76 km.
Turno/Hora de chegada e saída dos alunos da escola	Turno: manhã/meio dia Horário manhã: 8:00 às 12:00 Horário tarde chegada: 13:30
Dias letivos: 202	
Km total: 37.350	

ITEM 02 - ITINERÁRIO LINHA ALMEIDA	
ESCOLA.	EMEF Brasilina Abreu Terra.
VEÍCULO/transporte.	VEÍCULO QUE OBEDEÇA AS NORMAS ESTABELECIDAS NO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, Ano/Fabr. não inferior a 2000, mínimo 15 lugares.
Percurso médio diário:	131,6 km
Tipo de pavimentação/km:	Pavimentação asfáltica: 48 km. Estrada de chão: 83,64 km.
Turno/Hora de chegada e saída dos alunos da escola	Turno: manhã/meio dia Horário manhã: 8:00 às 12:00 Horário tarde chegada: 13:30
Dias letivos: 202	
Km total: 26.584	



ITEM 03 - ITINERÁRIO LINHA CORTICEIRA B	
ESCOLA.	E.E. Três de Julho.
VEÍCULO/transporte.	VEÍCULO QUE OBEDEÇA AS NORMAS ESTABELECIDAS NO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, Ano/Fabr. Não inferior a 2000, mínimo 15 lugares.
Percurso médio diário:	109,2 km.
Tipo de pavimentação/km:	Estrada de chão: 109,2 km.
Turno/Hora de chegada e saída dos alunos da escola	Turno: manhã/meio dia/tarde Horário manhã: 8:00 às 12:00 Horário tarde: 13:00 às 17:00
Dias letivos:	202
Km total:	22.059

ITEM 04 - ITINERÁRIO LINHA TIRADENTES A	
ESCOLA	EMEF Tiradentes.
VEÍCULO/transporte.	VEÍCULO QUE OBEDEÇA AS NORMAS ESTABELECIDAS NO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, Ano/Fabr. não inferior a 2000, mínimo 25 lugares.
Percurso médio diário:	150 km.
Tipo de pavimentação/km:	Pavimentação asfáltica: 104 km. Estrada de chão: 46 km.
Turno/Hora de chegada e saída dos alunos da escola	Turno: manhã/meio dia/tarde - 3 (três) vezes por semana Horário manhã: 7:45 às 11:45 Horário tarde: 13:30 às 17:30
Dias letivos:	202
Km total:	30.300



I ITEM 05 - Tinerário Linha Tiradentes B	
ESCOLA	Saída – EMEF Tiradentes.
VEÍCULO/transporte.	VEÍCULO QUE OBEDEÇA AS NORMAS ESTABELECIDAS NO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO, Ano/Fabr. Não inferior a 2000, mínimo 15 lugares.
Percurso médio diário:	111,48 km
Tipo de pavimentação/km:	Pavimentação asfáltica: 64,12 km. Estrada de chão: 47,36 km.
Turno/Hora de chegada e saída dos alunos da escola	Turno: manhã/meio dia/tarde - 3 (três) vezes por semana Horário manhã: 7:45 às 11:45 Horário tarde: 13:30 às 17:30
Dias letivos: 202	
Km total: 22.519	



ANEXO VIII – PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS

ITEM 01 - ITINERÁRIO LINHA DAS PRETAS
Dias letivos: 202
Km total: 37.350
Valor máximo admitido por kmr: R\$ 2,06

ITEM 02 - ITINERÁRIO LINHA ALMEIDA
Dias letivos: 202
Km total: 26.584
Valor máximo admitido por kmr: R\$ 2,24

ITEM 03 - ITINERÁRIO LINHA CORTICEIRA B
Dias letivos: 202
Km total: 22.059
Valor máximo admitido por kmr: R\$ 2,21

ITEM 04 - ITINERÁRIO LINHA TIRADENTES A
Dias letivos: 202
Km total: 30.300
Valor máximo admitido por kmr: R\$ 2,15

ITEM 05 - ITINERÁRIO LINHA TIRADENTES B
Dias letivos: 202
Km total: 22.519
Valor máximo admitido por kmr: R\$ 2,30



ANEXO IX – TERMO DE REFERÊNCIA

1 – Objeto

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR, CONFORME HORÁRIOS E ITINERÁRIOS PRÉ-ESTABELECIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO, LAZER E TURISMO, EXPOSTOS NO ITEM 1, ANEXO I E ANEXO VII, ALÉM DAS DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

2 – Objetivo

Manter o serviço de transporte escolar dos alunos que frequentam as escolas da rede municipal e estadual de ensino, conforme convênio firmado com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

3 – Especificações dos Serviços

Disponibilizar veículos adequados para efetuar o transporte escolar e motoristas devidamente habilitados para realizar o serviço conforme estabelecido em cada itinerário/rota até as Escolas Brasilina Abreu Terra, Helenita Guimarães Pereira, Tiradentes e Três de Julho.

4 – Quantidade de Dias de Prestação de Serviço

Conforme calendário escolar (202 dias).

5 – Regime de Execução

Menor preço por quilômetro rodado por itinerário, obedecendo aos preços unitários.



6 – Adjudicação

Por item.

7 – Prazo de Execução dos Serviços

O prazo de execução dos serviços será o prazo de vigência do contrato decorrente da licitação que será da assinatura do contrato até o dia 31/12/2015.

8 – Valor Unitário Estimado da Contratação

O valor máximo estimado da contratação por quilômetro rodado por itinerário, conforme segue descrito na tabela abaixo, conforme Planilhas Analíticas de Custo elaboradas pelo Setor de Transporte Escolar:

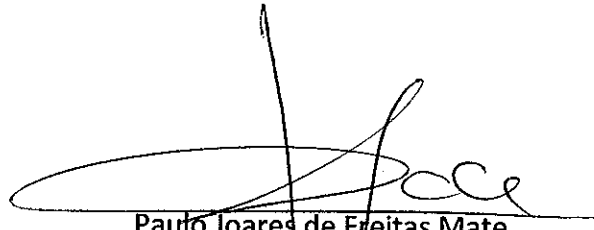
ITEM 01 - ITINERÁRIO LINHA DAS PRETAS
Valor máximo admitido por kmr: R\$ 2,06
ITEM 02 - ITINERÁRIO LINHA ALMEIDA
Valor máximo admitido por kmr: R\$ 2,24
ITEM 03 - ITINERÁRIO LINHA CORTICEIRA B
Valor máximo admitido por kmr: R\$ 2,21
ITEM 04 - ITINERÁRIO LINHA TIRADENTES A
Valor máximo admitido por kmr: R\$ 2,15
ITEM 05 - ITINERÁRIO LINHA TIRADENTES B
Valor máximo admitido por kmr: R\$ 2,30




12 – Local da Execução

Município de Boa Vista do Incra – RS, nos itinerários pré estabelecidos.

Boa Vista do Incra (RS), 30 de janeiro de 2015.



Paulo Joares de Freitas Mate
Secretário Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer





ANEXO X – DESCRIÇÃO DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Educação (Infantil) LINHA DAS PRETAS

Órgão: 07- Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Lazer
Unidade: 02- Manutenção de Desenvolvimento do Ensino (25%)
Projeto/Atividade: 2.714- Manutenção do Transporte Escolar- Ensino Infantil.

Elementos: 3.3.90.39- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, no valor de R\$ 2.530,00 (dois mil e quinhentos e trinta reais), código reduzido 585.

Elementos: 3.3.90.39- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, no valor de R\$ 74.411,00 (setenta e quatro mil e quatrocentos e onze reais), código reduzido 584.

Educação (Educação Básica) LINHAS ALMEIDA, CORTICEIRA B

Órgão: 07- Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Lazer
Unidade: 02- Manutenção de Desenvolvimento do Ensino (25%)
Projeto/Atividade: 2.703- Manutenção do Transporte Escolar- Educação Básica.

Elementos: 3.3.90.39- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, no valor de R\$ 26.600,00 (vinte e seis mil e seiscentos reais), código reduzido 217.

Elementos: 3.3.90.39- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, no valor de R\$ 26.600,00 (vinte e seis mil e seiscentos reais), código reduzido 216.

Elementos: 3.3.90.39- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, no valor de R\$ 55.098,55 (cinquenta e cinco mil e noventa e oito reais e cinquenta e cinco centavos), código reduzido 215.



Educação (Ensino Médio) Linhas TIRADENTES A, TIRADENTES B

Órgão: 07- Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Lazer

Unidade: 04- Manutenção das Atividades do Ensino Médio.

Projeto/Atividade: 2.750- Manutenção do Transporte Ensino Médio.

Elementos: 3.3.90.39- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, no valor de R\$ 33.100,00 (trinta e três mil e cem reais), código reduzido 281.

Elementos: 3.3.90.39- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, no valor de R\$ 7.450,00 (sete mil e quatrocentos e cinquenta reais), código reduzido 282.

Elementos: 3.3.90.39- Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, no valor de R\$ 76.388,70 (setenta e seis mil e trezentos e oitenta e oito reais e setenta centavos), código reduzido 280.